



São Paulo, 01 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor

Vinicius Lummertz

Secretário de Estado dos Negócios do Turismo de São Paulo

Exmo. Secretário,

As entidades civis e sindical representantes da totalidade dos Hotéis, Meios de Hospedagem, Bares, Restaurantes e Similares do Estado de São Paulo, além da representação sindical do Sinthoresp em nome dos trabalhadores do nosso setor, abrindo a lista de assinaturas, demonstrando que capital e trabalho estão juntos em encontrar soluções à crise e fazer cumprir os rigorosos protocolos sanitários, vêm a presença de Vossa Excelência, expor e solicitar o que segue:

1 - Entendemos e apoiamos a preocupação do Governo do Estado, diante da COVID-19, em promover uma retomada gradual e consciente das atividades empresariais, baseado na ciência e na saúde;

2 - O macro setor do turismo tem sido o mais atingido em sua dinâmica e tomamos a liberdade de trazer à análise dessa digna Secretaria de Estado, que tem na ilustre liderança de V.Exa., profundo conhecimento de todas as especificidades de cada categoria econômica, uma externalidade negativa na opção política que inseriu “Bares” e “Restaurantes”, na Fase 3: Amarela;

3 - A estruturação governamental das 5 (cinco) fases da abertura, que seguem cinco categorias: **Fase 1:** Alerta Máximo (Vermelho); **Fase 2:** Controle (Laranja); **Fase 3:** Flexibilização (Amarela); **Fase 4:** Abertura Parcial (Verde) e; **Fase 5:** Normal Controlado (Azul), restou por inserir “bares” e “restaurantes” na Fase 3: Amarela, causando um grave efeito colateral tanto na questão sócio econômica do estado, como um sério inconveniente em outro segmento, a hotelaria;

4 - A atividade hoteleira, ainda que enquadrada como serviço essencial e não tenha sido obrigada a fechar as portas, tem atualmente e por opção dos empresários, cerca de 80% dos hotéis fechados no estado, por absoluta falta de movimento. E a reabertura desses estabelecimentos não está condicionada a vontade política, mas empresarial. Assim, só se justifica o investimento direto e indireto envolvido nesse processo, se as taxas de ocupação assim justificarem, bem como, condições mínimas de satisfação e serviços aos hóspedes. Queremos com isso argumentar que a abertura de um hotel, sem a possibilidade de utilizar o seu restaurante para café da manhã, almoço ou jantar, mantidos obviamente todos protocolos de segurança previstos para essas atividades, compromete a decisão dos gestores pela reabertura;



5 - Na intenção de contribuir para o sucesso da retomada consciente, parece não ter sido observado que com o retorno de diversas atividades na capital, região metropolitana, litoral e interior, milhões de pessoas voltarão ao trabalho e, longe de suas casas, precisarão fazer ao menos uma refeição fora do lar. Nosso setor era composto antes da crise, por cerca de 300.000 empresas em todo o estado (as falências até aqui não permitem dados precisos). Estratificando apenas o setor de alimentação, 2/3 são bares e similares que não possuem delivery. O terço restante é composto por restaurantes e lanchonetes, e apenas 40% deles possuem serviço de delivery ou *take away*. Apenas esse dado já compromete a segurança alimentar no estado! Mas é ainda mais preocupante que desse universo, apenas uma pequena parte entrega alimentação balanceada a custos populares. Assim, onde esse contingente enorme de pessoas vai se alimentar de forma **segura, saudável e econômica ao preço de um vale refeição?**

6 - O setor de alimentação fora do lar é o maior gerador de empregos no estado e ocorrerá certamente uma tragédia social e econômica, com o fechamento definitivo de milhares de empresas e expectativa de 300.000 demissões até o final do ano, caso “bares” e “restaurantes” permaneçam na Fase 3: Amarela. Estudos comparados mostraram que em países que já autorizaram esse setor a funcionar, continuam faturando 60 a 70% menos, após dois meses! Isso mostra uma clara preocupação (equivocada) dos consumidores em se alimentar fora de casa, que será revertida com o tempo, comunicação adequada e, principalmente, o efeito positivo da “porta aberta”;

7 - Além das questões estratégicas, sanitárias, econômicas e sociais (empregabilidade), destacadas, parece não ter sido levado em conta a rígida aplicação dos protocolos higiênico-sanitários, exaustivamente detalhados pelos técnicos da Secretaria de Turismo e outra pastas, com as entidades abaixo assinadas, que resultou no Plano São Paulo. Há que se levar em consideração ainda, as relevantes características que sempre diferenciaram os estabelecimentos desse setor, em que segurança alimentar e combate à contaminação é do cotidiano da atividade.

8 - Isto posto, justifica-se plenamente o reenquadramento de “Bares” e “Restaurantes”, na Fase 2: Laranja;

9 - Em caso de, eventualmente, se verificar a absoluta impossibilidade do atendimento do pleito acima, e apenas nesse caso, solicitamos que se faça a separação que o mercado e a legislação já fazem, distinguindo “**Bares**” de “**Restaurantes**”. Com CNAES e contratos sociais diferentes, essas atividades têm as suas principais peculiaridades de desigualdade na alimentação preparada servida em mesas, maior controle de acesso, sem aglomeração, tempo de permanência reduzido, nulo ou comedido consumo de bebidas alcoólicas, possibilidade de reservas, horário de funcionamento reduzido, dentre outros. Como já dissemos, esse setor possui rigorosos protocolos para a reabertura, sendo nossa solicitação alternativa, o reenquadramento dos Restaurantes, na Fase 2: Laranja, e tão logo seja possível, fazer o mesmo com os **Bares**, que estão sofrendo tanto ou mais que os restaurantes.



Certos da compreensão e colaboração de todos, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Francisco Calazans Lacerda

Presidente

SINTHORESP – Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Apart-hotéis, motéis, flats, pensões, hospedarias, pousadas, Restaurantes, churrascarias, cantinas, pizzarias, bares lanchonetes, sorveterias, confeitarias, docerias, buffets, fast foods e assemelhados de São Paulo e região

Cristiano Melles

Presidente

ANR - Associação Nacional de Restaurantes

Percival Maricato

Presidente do Conselho Administrativo

ABRASEL-SP – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes

Toni Sando

Presidente Executivo

São Paulo Convention & Visitors Bureau

Edison Pinto

Vice-Presidente de Comunicação Social e Relações Governamentais

FHORESP – Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo



Ricardo Andrés Roman Junior

Presidente

ABIH-SP - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado de São Paulo

Orlando de Souza

Presidente Executivo

FOHB - Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil

Sérgio Souza

Presidente

Resorts Brasil - Associação Brasileira de Resorts

Simone Scorsato

Diretora Executiva

Brazilian Luxury Travel Association (BLTA)